

Pensar a política a partir da academia: o enfrentamento dos pesquisadores mexicanos

VÁRIOS AUTORES. **Panorama de la comunicación em México 2011: desafíos para la calidad y la diversidad.** México, AMEDI, 2011. 250p

Adilson Vaz Cabral Filho

Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ)

Lançado em 2011 como fruto das reflexões de pesquisadores reunidos em torno da AMEDI – Asociación Mexicana de Derecho a La Información, o livro “Panorama de La comunicación em México 2011: desafíos para La calidad y La diversidad” traz importantes aportes para compreender as políticas de comunicação num país com significativas semelhanças em relação ao cenário brasileiro, atestadas pelo primeiro parágrafo da apresentação aos leitores:

Reglas insuficientes y atrasadas, excesiva concentración de los medios más relevantes y arrogancia creciente de los consórcios que los manejan, autoridades atónitas ante esa influencia política que no se deciden a regular, periodistas crecientemente vulnerables a ominosos riesgos, forman parte del escarpado panorama que enfrenta hoy el derecho a información y la comunicación em México.

Com direito a uma ou outra distinta interpretação, trata-se de cenário bastante semelhante, suscitando ainda mais a curiosidade a respeito de um trabalho coletivo sobre múltiplos ângulos, que trazem uma bela perspectiva crítica a partir do lugar acadêmico que não se contenta em analisar seus objetos de estudo de modo diferenciado, mas se dispõe a investigá-los, proporcionando subsídios para melhores intervenções políticas, além de ferramentas para estabelecer um lugar de fala no qual não se basta a autorreferência tão comum na academia.

O livro é dividido em 15 artigos, organizados em 5 partes: “A legislação que temos e a que faz falta”, “Mercados concentrados, escassa diversidade”, “Audiências críticas, meios responsáveis”, “Liberdade de expressão e direito a comunicar” e “Opções comunicativas para fomentar a participação”. Traz temas distintos como a própria legislação dos meios, aspectos como as eleições mexicanas e o preparo do

país para a chamada Sociedade da Informação e do Conhecimento, qualidade da radiodifusão e das telecomunicações, audiências e desenvolvimento humano, meios públicos e comunitários e o jornalismo e as recorrentes agressões a jornalistas no país.

Abrindo o volume, o artigo “Estado actual de la legislación de los medios de comunicación y su necesaria vinculación com el derecho a la información”, de Agustín Pineda, analisa a situação atual da legislação mexicana dos meios de comunicação eletrônica, considerando temas pendentes e apontando necessidades a serem trabalhadas. Nas palavras do autor, a situação atual da comunicação no país é envolta na concentração e consolidação dos meios privados, na debilidade em relação aos meios públicos, numa atitude complacente do poder político, bem como da própria sociedade, que tem uma escassa apreciação crítica do que concerne ao rádio e à televisão.

Em “El escenario electoral y los medios de comunicación mexicanos”, Julio Juárez Gámiz evidencia a ausência de uma regulação transversal para meios de comunicação e telecomunicações no que diz respeito a esse tema. No entanto, problematiza essa necessidade diante da demanda em se elaborar uma própria lei de meios que dê conta do complexo fenômeno relativo aos meios de comunicação e, ao mesmo tempo, não abdique de aspectos culturais, sociais, históricos e econômicos que necessitem estar presentes num processo amplo de negociação.

Daniel Contreras Henry traz um artigo “Transparencia: el acceso a la información y el derecho a la privacidad”, em torno de temática complexa e de compreensão necessária em nossa sociedade. Trata do debate legal em torno do direito à privacidade e do acesso aos dados no México e mostra, a partir da evidenciação de problemas e da elaboração de propostas, como incrementar ainda mais a já bem recebida Ley Federal de Transparencia y Acceso a La Información Pública Gubernamental, que vigora desde os anos 2000 no país.

O tema dos gastos públicos é trazido por Jorge Bravo com o texto “Gasto em comunicación social: una década de dispendio sin regulación”, demonstrando que o desconhecimento a respeito dos efetivos gastos com as contas públicas na área demanda a existência de “uma legislação integral que abarque, contemple e erradique distorções e discricionariedade em matéria de comunicação social das dependências da administração pública federal”.

No texto “México ante la Sociedad de la Información y el Conocimiento”, Alma Rosa Alva de La Selva alerta para o atraso do país em relação às políticas destinadas

a essa temática, demonstrando que não há uma agenda digital em acordo com o interesse nacional desde uma perspectiva de equidade que contemple incluir aos mexicanos na nova organização social.

Raúl Trejo Delarbre traz suas reflexões a respeito da qualidade da gestão e da programação televisiva no México com o artigo “Televisión: de mala calidad y en muy pocas manos”. Com um amplo mapa sobre a distribuição de canais no país, evidencia a necessidade de diversidade de programação e apresenta algumas propostas de superação desse quadro no campo das políticas governamentais e empresariais.

O tema da concentração dos grupos radiofônicos é apresentado por Gabriel Sosa Plata no artigo “Grupos radiofónicos y concentración”, no qual são analisados dados das concessões de radiodifusão existentes em território mexicano. Aborda também a legitimação das rádios comunitárias, destacando que sofrem restrições nos modos de financiamento, agressões que permanecem impunes, são limitadas do ponto de vista tecnológico e que povos e comunidades indígenas demandam atenção especial no país.

Em “Telecomunicaciones: insuficiente cobertura, convergencia y competencia”, Jorge Bravo analisa as estratégias governamentais mexicanas em relação a essa área como limitadas e inconclusas. Mostra que o planejamento da política pública para o setor, definido desde 2000, ainda não foi implementado, mesmo faltando um ano para o término do mandato do presidente Felipe Calderón.

As políticas públicas culturais são tratadas por Rodrigo Gómez García no artigo “Políticas y industrias culturales”, que traz uma análise sobre a ausência de um projeto de Estado para o tema, concentrado nas mãos do Presidente ou do Secretário de Educação Pública em exercício. Mostra-se a ausência de investimentos do setor público em áreas como cinema e música e demanda-se o planejamento de políticas culturais transversais, que harmonize as ações entre as tantas áreas governamentais de interesse.

André Dorcé trata do tema do público na forma de audiências a partir do artigo “Las audiencias mediáticas en México ¿En estado de indefensión?”. Sua análise trabalha a efetivação dos direitos dos cidadãos no México, mostrando o funcionamento de instâncias como a defensoria de audiências e apontando perspectivas de otimização de suas ações.

Em “Medios de comunicación y desarrollo humano em México”, Aimée Veja Montiel trabalha a relação entre estes a partir da regulação do setor desde a perspectiva de uma agenda multilateral, com referência nas Nações Unidas. Em

virtude disso, enfatiza áreas como os direitos humanos das mulheres e também saúde, segurança, meio ambiente, enfatizando os modos como a sociedade civil se articula para reivindicar suas demandas nas mais diferentes frentes.

O tema da violência contra profissionais do jornalismo é enfrentado no artigo “Periodismo: desafios para su libre ejercicio”, de María Elena Meneses Rocha. Sua preocupação é tratar de princípios que fundamentam a atividade jornalística, com base em denúncias por parte de organizações do setor, em contraste com a instabilidade de sua prática no país.

Brisa Solís reforça a abordagem sobre esse tema com o artigo “Agresiones a la libertad de expresión em México: una constante”. Nele são enfocados os instrumentos e dispositivos legais estabelecidos pelo Estado mexicano para o monitoramento, a apuração e a punição destas práticas, evidenciando ser este um tema no qual o Estado segue sem cumprir suas obrigações e as organizações civis e de trabalhadores acabam tendo que estabelecer seus próprios modos de defesa para viabilizar suas atividades.

Em “Panorama de los medios públicos”, Patricia Ortega Ramírez mostra um panorama desigual e incerto para estas emissoras, por não ser essa uma prioridade para o Estado mexicano. Ampliar horizontes de participação e serviços, garantir a produção e a difusão de uma programação de qualidade e diferenciada da comercial, além de consolidar a presença dos meios públicos em âmbito local, regional, nacional e internacional são as três principais propostas apresentadas pela autora.

Por fim, Almeda Calleja em “Medios comunitários: incertidumbre política y criminalización” trata da série de incertezas e do processo de deslegitimação ao qual essas iniciativas são levadas no território mexicano, principalmente no que diz respeito aos povos e comunidades indígenas. Para enfrentar esse quadro, propõe que o Estado assuma a obrigação de garantir o direito à liberdade de expressão em condições de igualdade e não discriminação.

O conjunto desses artigos reunidos no livro da AMEDI resulta na materialização da necessária articulação entre o acadêmico e o social, incidindo nas políticas públicas do país pela contribuição sem pudores de seus sujeitos sociais, no âmbito da academia, em relação ao processo regulatório. Movimentação similar a que acontece em vários outros países na América Latina, inclusive o Brasil, que demandam iniciativas como esta, reveladora de projetos e processos em curso, que assumem um papel digno e cabível dentro de uma perspectiva de produção de conhecimento

socialmente relevante, componente daquilo que justifica e reivindica sua dimensão de pesquisa social e crítica para a área das Comunicações.

Aos que desejam adquirir exemplar(es) do livro, entrem em contato com a AMEDI pelo email amedi.nacional@gmail.com ou pelo site <http://www.amedi.org.mx> .